



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

PLANO DE CURSO DE TÉCNICO EM CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design

BRASÍLIA - DF

2024



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

SUMÁRIO

1. Quadro de Identificação do Curso.....	2
2. Justificativa e Objetivos para Oferta	3
a) Objetivos da aprendizagem.....	4
– Objetivo Geral	4
– Objetivos específicos.....	5
b) Metodologia	6
c) Critérios de avaliação	8
1. para a aprendizagem	8
2. das práticas pedagógicas profissionais.....	10
3. do aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores.....	10
d) Prática Profissional.....	11
e) Perfil do Egresso.....	12
f) Certificação de Estudos e Diplomação.....	13
4. Infraestrutura Física e Tecnológica	14
5. Perfil de Qualificação dos Profissionais.....	14
6. Referências.....	15
6. Apêndices	19
a) Matriz Curricular	19
b) Ementário.....	23



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

1. Quadro de Identificação do Curso

Denominação	Curso Técnico em Conservação e Restauro	
Eixo Tecnológico	Produção Cultural e Design	
Oferta	Presencial. Concomitante e/ou Subsequente	
Requisitos e Formas de Acesso	Estudantes matriculados ou egressos do Ensino Médio. Apresentar Histórico Escolar ou Declaração de Escolaridade, emitida nos últimos trinta dias, a partir da data de expedição. Ter a partir de 14 anos completos no ato da matrícula.	
Certificação Profissional	Qualificação profissional técnica	<ul style="list-style-type: none">• Auxiliar de Conservação de Acervos.• Pintor Restaurador
	Habilitação Técnica	Técnico em Conservação e Restauro
Carga Horária	Atividades presenciais	1200 horas
	Práticas profissionais	480 horas
Tempo de integralização mínimo e máximo	Mínimo - 1 ano e meio Máximo - 3 anos	
Ato Legal de Autorização		



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

2. Justificativa e Objetivos para Oferta

O curso Técnico em Conservação e Restauro está em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, no Eixo Produção Cultural e Design e integra uma política de ampliação da oferta da Educação Profissional e Tecnológica.

As aprendizagens do curso estão direcionadas para desenvolver nos estudantes as habilidades de preservar o patrimônio e a memória histórica e manter a integridade histórica e estética dos bens artísticos e culturais, com abordagem da formação e da prática de atividades das técnicas de conservação e restauro, necessárias para o futuro deste profissional. O profissional formado terá uma visão crítica na área da história e estará apto a preservar bens culturais e patrimoniais.

O curso Técnico em Conservação e Restauro situa-se em um contexto histórico-cultural marcado, cada vez mais, pela crescente consciência da importância dos bens culturais para a vida social, política e cultural em âmbito distrital, nacional e mundial. No Brasil, essa consciência tem proporcionado ações diversas na busca da preservação do patrimônio cultural artístico por parte dos órgãos governamentais, da iniciativa privada e de várias organizações não governamentais (ONGs). O patrimônio nacional constitui um tema importante, a partir da sua construção social como conceito e valor, do ponto de vista da cartografia histórico-cultural e da construção das condições técnicas e profissionais para a conservação e gestão dos bens culturais.

De acordo com o disposto nos artigos de nº 39 a nº 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, “a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, conduzindo “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”, propõem uma formação básica sólida mais ampla e polivalente.

A articulação entre o Ensino Médio e a Educação Tecnológica é defendida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica e



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

constitui em uma alternativa acertada na garantia de promoção aos valores estéticos, políticos e éticos que ambos comungam. O profissional técnico que recebe essa formação não só estará apto a exercer sua profissão específica fundamentada em conhecimentos tecnológicos, como também, desenvolverá competências básicas que são cada vez mais valorizadas no âmbito do trabalho.

A SEEDF, por intermédio de suas Unidades Escolares, busca ofertar cursos Técnicos, promovendo a formação profissional, com vistas à elevação da escolaridade e inserção no mundo do trabalho, além de estimular a aproximação, a cooperação e a troca de experiências entre os profissionais que pretendem atuar na área de Produção Cultural e Design. Assim, o curso Técnico em Conservação e Restauro, do Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design, visa o melhor atendimento nesses serviços, contribuindo assim, para a excelência no atendimento nesta área, colocando em prática o objetivo em foco que é a formação profissional.

3. Organização Curricular

a) Objetivos da aprendizagem

– Objetivo Geral

Promover a formação de profissionais técnicos, com capacidade para executar projetos de restauração e conservação de bens culturais, com ênfase na atividade prática, utilizando metodologia de intervenção adequada à realidade brasileira e respeitando as políticas públicas estabelecidas pelo setor.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

– Objetivos específicos

- € Promover a formação de profissionais habilitados tecnicamente capazes de preservar o patrimônio e a memória histórica e manter a integridade histórica e estética dos bens artísticos e culturais.
- € Disponibilizar conhecimentos que permitam a atuação profissional para atividades das técnicas de conservação e restauro.
- € Promover a formação de profissionais que possam incrementar uma concepção de cidadania, consciente do papel dos bens culturais e patrimoniais e poder intervir nessa escala da arte e da cultura brasileira.
- € Democratizar o acesso ao campo da arte, restauro e da preservação dos bens culturais e patrimoniais no Distrito Federal.
- € Fortalecer atividades de extensão que possibilitem integração entre os agentes do curso Técnico em Conservação e Restauro e a comunidade, pelo intercâmbio dos saberes populares e acadêmicos a partir de oficinas.
- € Corroborar no desenvolvimento da cidadania, enfatizando a adequada postura profissional, o conhecimento dos deveres, dos direitos e da responsabilidade social e ambiental.
- € Promover condições de aprendizagem profissional, artística emancipada, mobilizada e transformadora, favorecendo ao educando condições de inserção socioprofissional.
- € Oportunizar condições para a construção de competências, habilidades e atitudes profissionais na perspectiva do mundo da produção e do trabalho, bem como a construção de referenciais e valores que aliem a formação nas dimensões técnica e cidadã.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

- ∄ Possibilitar a avaliação, reconhecimento e certificação de conhecimentos adquiridos na educação profissional, inclusive no trabalho, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos.
- ∄ Incentivar o desenvolvimento do potencial criativo e inovador dos educandos, privilegiando sua capacidade de problematizar acerca dos diferentes momentos e demandas no mundo do trabalho.

b) Metodologia

O processo metodológico do referido curso privilegia a prática pedagógica contextualizada, colocando o estudante frente a situações problemáticas que possibilitem o exercício contínuo da mobilização e da articulação dos saberes necessários para ação e solução de questões inerentes à natureza do trabalho neste segmento.

O processo metodológico do curso Técnico em Conservação e Restauro, privilegia a prática pedagógica contextualizada, colocando o estudante frente a situações problemáticas que possibilitem o exercício contínuo da mobilização e a articulação dos saberes necessários para a ação e a solução de questões inerentes à natureza do trabalho neste segmento.

A metodologia adotada e que orienta o desenvolvimento deste Plano de Curso pauta-se pelos princípios da aprendizagem com autonomia e do desenvolvimento de competências profissionais, entendidas como a “capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários ao desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”.

As competências profissionais descritas na organização curricular foram definidas com base no perfil profissional de conclusão, considerando processos de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

trabalho de complexidade crescente, relacionados à Produção Cultural e Design, respeitando-se a autonomia dos docentes na transposição didática dos conhecimentos selecionados nas unidades curriculares, as metodologias de ensino pressupõem procedimentos didático-pedagógicos que auxiliem os estudantes nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais, tais como: elaboração e implementação de planejamento, registro e análise de aulas e atividades realizadas; problematização do conhecimento, considerando os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do estudante.

Tais competências desenham um caminho metodológico que privilegia a prática pedagógica contextualizada, colocando o estudante diante de situações-problemas que possibilitem o exercício contínuo da mobilização e articulação dos saberes necessários para a ação e a solução de questões inerentes à natureza do trabalho nesse segmento.

A incorporação de tecnologias e práticas pedagógicas inovadoras previstas para este curso, como o trabalho com projeto, atende aos processos de produção da área, às constantes transformações que lhe são impostas e às mudanças socioculturais relativas ao mundo do trabalho, pois propicia aos estudantes a vivência de situações desafiadoras que levam a um maior envolvimento, instigando-os a decidir, opinar, debater e construir com autonomia o seu protagonismo profissional. Permitindo, ainda, a oportunidade social do trabalho em equipe, assim como o exercício da ética, da responsabilidade social e da atitude empreendedora.

Assim, durante o curso, o estudante será capacitado para elaborar, executar e coordenar projetos relacionados a prática profissional, seguindo princípios, normas técnicas de qualidade, meio ambiente, de saúde e segurança no trabalho.

O curso de Técnico em Conservação e Restauro inclui Práticas Profissionais distribuídas em seus Módulos, com carga horária definida. Serão realizadas de forma



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

integrada ao desenvolvimento das unidades curriculares por professores habilitados, de forma que se promova que em todos eles haja o desenvolvimento de atividades voltadas para ampliar a profissionalização deste técnico.

A efetivação da proposta pedagógica do curso passa por ações teórico-práticas, com ênfase ao exercício de atividades relativos ao perfil profissional, integrando ambientes e recursos de aprendizagem que incluem ambientes práticos, com a utilização de laboratórios específicos e visitas técnicas, onde o estudante tem oportunidade de proceder ao questionamento e ao desenvolvimento do senso crítico.

c) Critérios de avaliação

1. para a aprendizagem

De acordo com a LDB – Lei nº 9394/96, a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Da mesma forma, no Regimento Escolar da SEEDF, a formação profissional compreende processos de avaliação contínua da aprendizagem, com o objetivo de diagnosticar os saberes do estudante pelo domínio das competências e habilidades requeridas no Planejamento Curricular e são definidas as normas para operacionalização da Educação Profissional. Os princípios descritos no documento orientam para o processo contínuo, possibilitando desde o diagnóstico de conhecimentos prévios até a recuperação preventiva e final.

As Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal preconizam que a avaliação formativa deve ser priorizada, considerando que o ato avaliativo deve ser “para as aprendizagens” e não apenas “das aprendizagens”. Desse modo, os procedimentos e os instrumentos constituem apenas uma parte do ato educativo, propiciando informações que devem ser analisadas para permitir



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

intervenções constantes, de modo que avaliação e aprendizagem ocorram simultaneamente.

Nesse sentido, tendo em vista a Educação Profissional e Tecnológica, podem ser propostos como instrumentos de avaliação, estudos de caso, pesquisas, visitas de campo, demonstrações, exposições, simulações, entre outras, além daquelas compreendidas como práticas laborais, visitas/excursões técnicas, experimentos, atividades específicas em ambientes especiais, projetos de exercício profissional efetivo, intervenções sociais, entre outros.

Na verificação do aproveitamento escolar, além dos dispositivos legais, deve-se observar a utilização de, no mínimo, dois (02) instrumentos avaliativos por Unidade Curricular, possibilitando uma avaliação do estudante de forma contínua e processual, bem como o domínio de determinadas habilidades e conhecimentos que se constituem em condições indispensáveis para as aprendizagens subsequentes.

Será aprovado, o estudante que obtiver a frequência igual ou superior a 75% do total de horas estabelecidas em cada Unidade Curricular e adquirir as competências e habilidades esperadas.

Para os estudantes que não obtiveram rendimento satisfatório, será ofertada recuperação contínua e paralela às atividades de aprendizagem, executada pelo professor da(s) unidade(s) curricular(es) em que se detecta(m) o(s) déficit(s). O docente acompanhará individualmente o estudante, estabelecendo para isso, horários diferenciados e atividades extras, com vistas à realização de novos estudos apenas dos conteúdos e objetivos educacionais não consolidados, intencionando-se assim, alcançar aprendizagens reais e não somente a consecução de notas mínimas.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

A recuperação de estudos é realizada sob a responsabilidade direta do professor, com apoio da família, por meio de intervenções pedagógicas aos estudantes sempre que surgirem dificuldades no processo.

2. das práticas pedagógicas profissionais

A integração será avaliada por meio de trabalhos práticos, em que o estudante fará atividades em consonância com o conteúdo desenvolvido nas respectivas Unidades Curriculares, associando, desta forma, a teoria à prática.

O supervisor realizará a avaliação, de acordo com a rubrica de avaliação em anexo de forma a realizar o acompanhamento contínuo do estudante, por meio das atividades realizadas no decorrer do processo das atividades desenvolvidas.

Nos casos em que o estudante não alcance as habilidades exigidas todo o processo será realizado novamente nos semestres posteriores ao atualmente cursado, ou a critério da Unidade Escolar, que tem autonomia para definir todo o processo de avaliação, desde que cumpra as normas oficiais para esta prática. A atribuição de menções segue o mesmo padrão das demais Unidades Curriculares, informado neste documento.

3. do aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores

Cabe à Unidade Escolar elaborar critérios para os procedimentos de avaliação e de validação dos saberes profissionais desenvolvidos pelos estudantes em seu itinerário profissional e trajetória vida, para fins de prosseguimento de estudos, bem como para fins de certificação profissional, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão do respectivo curso.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

No Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, entende-se que a Unidade Escolar pode fazer aproveitamento de estudos, realizados com êxito em outra instituição educacional/Unidade Escolar e indica que, na Educação Profissional e Tecnológica, as experiências anteriores e os conhecimentos devem ser aproveitados, desde que estejam diretamente relacionados com curso proposto.

Também ficam estabelecidos os conhecimentos e as experiências passíveis de aproveitamento adquiridos, nas seguintes situações:

- ∉ No Ensino Médio;
- ∉ Em qualificações profissionais técnicas (saídas intermediárias);
- ∉ Em cursos de Qualificação Profissional;
- ∉ No trabalho ou em meios informais, mediante comprovação e validação;
- ∉ Mediante reconhecimento em processos formais de certificação profissional ou com apresentação de diploma de nível superior em área afim.

O aproveitamento de estudos, dos conhecimentos ou das experiências anteriores devem ser registrados em ata própria e na ficha individual do estudante, devendo ser comunicados à família e/ou ao responsável legal, ou ao estudante, quando maior de idade, de acordo com o Regimento Escolar.

d) Prática Profissional

A prática profissional será avaliada por meio de trabalhos práticos, em que o estudante fará atividades em consonância com o conteúdo desenvolvido nas respectivas Unidades Curriculares, associando, desta forma, a teoria à prática.

O professor-orientador realiza a avaliação, de acordo com o acompanhamento contínuo do estudante, por meio das atividades realizadas no decorrer das práticas, de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

relatários solicitados ao estudante no final do processo dessas atividades, além de outras tarefas advindas da necessidade do curso.

Nos casos em que o estudante não alcance as habilidades exigidas para as Práticas Pedagógicas, todo o processo será realizado novamente nos semestres posteriores ao atualmente cursado, ou a critério da Unidade Escolar, que tem autonomia para definir todo o processo de avaliação, desde que cumpra as normas oficiais para esta prática. A atribuição de menções segue o mesmo padrão das demais Unidades Curriculares, informado neste documento.

e) Perfil do Egresso

1. Qualificação profissional - saídas intermediárias;

- Auxiliar de Conservação de Acervos.
- Pintor Restaurador.

2. Habilitação profissional

- Técnico em Conservação e Restauro

O estudante será habilitado para:

- Realizar ações de conservação preventiva em acervos e bens culturais, de acordo com a especificidade técnica: documentos, bens culturais e obras de arte;
- Auxiliar e realizar processos de conservação e restauro de peças do patrimônio histórico e cultural de acordo com cada especificidade, com base nas diretrizes que orientam as teorias de restauro vigentes;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

- Auxiliar na análise e no diagnóstico de espaços expositivos, acervos e reservas técnicas quanto à incidência de pragas, fungos e outros fatores de risco, bem como orientar a adequada iluminação, temperatura e umidade em acervos, espaços expositivos e reservas técnicas;
- Auxiliar e realizar o processo de conservação e restauro aplicando técnicas materiais e intervindo de acordo com a necessidade em bens culturais, obras de arte, acervos e documentos de acordo com a especificidade: documentos, obras em papel, mobiliário, artes decorativas, escultura, pintura, gravura, têxteis.

f) Certificação de Estudos e Diplomação

Ao concluir com aprovação todas as Unidades Curriculares, o estudante fará jus ao Diploma de Técnico em Conservação e Restauro, do Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design, com o seguinte itinerário formativo:

- ∄ Ao término do primeiro semestre, com aproveitamento completo das unidades curriculares previstas, o estudante fará jus ao Certificado de Qualificação Profissional Técnica de Auxiliar de Conservação de Acervos.
- ∄ Ao término do segundo semestre, com aproveitamento completo das unidades curriculares previstas, o estudante fará jus ao Certificado de Qualificação Profissional Técnica de Pintor Restaurador.
- ∄ Ao término do terceiro semestre com aproveitamento completo das unidades curriculares previstas, o estudante fará jus ao diploma de Técnico em Conservação e Restauro.

É imprescindível a devida certificação do Ensino Médio para a obtenção do diploma de técnico.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

O diploma do estudante que conclui os Cursos Técnicos deverá ser encaminhado à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, devidamente registrado, para publicação no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, bem como a inserção do egresso no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, a fim de que seja criado o código autenticador e tenha validade nacional.

4. Infraestrutura Física e Tecnológica

A infraestrutura mínima necessária para a efetivação das unidades curriculares será com qualidade e em conformidade com aquela descrita no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2020), a saber:

- Biblioteca com acervo físico ou virtual específico e atualizado.
- Laboratório de informática com programas específicos e ateliê de conservação e restauro.

Esses laboratórios podem estar nos espaços da Unidade Escolar ofertante do curso ou em espaços de outras instituições com as quais sejam estabelecidas parcerias, convênios, termos de cooperação, entre outros, devidamente comprovados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

5. Perfil de Qualificação dos Profissionais

A seguir são elencadas as habilitações profissionais para o corpo docente responsável pelo desenvolvimento do curso, em consonância com a Portaria que estabelece as atribuições e os requisitos de ingresso para o cargo de professor de Educação Básica da Carreira Magistério Público do Distrito Federal:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

Unidades Curriculares	Habilitação
Gestão de Empresas e Empreendedorismo	Administração
Segurança e Higiene no Trabalho	Construção Civil
Patrimônio	Arquitetura, Artes Plásticas, Artes Visuais, História
Metodologia de Intervenção	Arquitetura, Artes Plásticas, Artes Visuais
Materiais Inorgânicos I	Arquitetura, Artes Plásticas, Artes Visuais
Materiais Orgânicos I	Arquitetura, Artes Plásticas, Artes Visuais
Registro, Diagnóstico e Documentação das Intervenções	Arquitetura, Artes Plásticas, Artes Visuais
Práticas de Conservação	Arquitetura, Artes Plásticas, Artes Visuais
Materiais Inorgânicos II	Arquitetura
Materiais Orgânicos II	Arquitetura
Práticas de Restauro I	Arquitetura, Construção Civil
Práticas de Restauro II	Arquitetura, Construção Civil
Técnicas de Intervenção	Arquitetura, Artes Plásticas, Artes Visuais
Patologias, propostas de tratamento e Documentação Técnica	Arquitetura, Artes Plásticas, Artes Visuais

6. Referências

- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

- CNE. Parecer CNE/CEB nº 7/2010 - **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: CNE, 2010.
- Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos / Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SETEC, 3ª Edição, 2016.
- LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- Ministério do Trabalho e do Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupação-CBO**. [consulta em 18 de fevereiro de 2017]. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/f0ffc6ec1104.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2019.
- Decreto Federal nº 5.622 de 19 dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e caracteriza a educação a distância como modalidade educacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de Dezembro, 2005, Seção 1. p. 1
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Poder executivo, Brasília, DF, 26 Jul. 2004, Seção 1. p. 48.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 Dez, 1996, Seção 1. p. 27833.
- DISTRITO FEDERAL. Lei Distrital nº 5.499, de 14 de julho de 2015. Dispõe sobre o Plano Distrital de Educação - PDE. DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 de Julho, 2015.
- DISTRITO FEDERAL. Portaria nº 358/2022 - SEEDF. Regulamenta, no âmbito



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

da Secretaria de Estado de Educação do Distrito federal – SEEDF, os procedimentos para apresentação de proposta de curso e proposta de adesão a Plano de Curso Técnico de Nível Médio na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Disponível em < https://www.educacao.df.gov.br/WPconteúdo/uploads/2021/07/guia_orientador_iftp_no_nem_mai22.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

- DISTRITO FEDERAL. Resolução nº 4/2010 CNE/CEB, de 13 de julho de 2010. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala. Distrito Federal: SEEDF, 2014.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 6. ed. Brasília, 2015.
- Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação.
- Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- CNE. Resolução CNE/CEB No 4/1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: CNE, 1999.
- CNE. Resolução CNE/CEB No 1/2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto No 5.154/2004. Brasília: CNE, 2005.
- CNE. Resolução CNE/CEB Nº 02/2020. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

- CNE. No 1 de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: CNE, 2021.
- Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Guia PRONATEC de Cursos FIC/Ministério da Educação.
- Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SETEC, 4a Edição, 2016.
- Decreto Federal N° 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e caracteriza a educação a distância como modalidade educacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de dezembro, 2005, Seção 1. p.
- Decreto No 5.154, de 23 de julho de 2004. Diário Oficial da União, Poder executivo, Brasília, DF, 26 jul. 2004, Seção 1. p. 48.
- BRASIL. Lei No 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996, Seção 1. p. 27833.
- Ministério do Trabalho e do Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações CBO. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>.
- RESOLUÇÃO No 3, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Publicada em: 22/11/2018 Edição: 224/ Seção: 1.
- PORTARIA No 1.432, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. DISTRITO FEDERAL.
- CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (CEDF). Resolução nº 2, publicada no DODF no 239, de 22 de dezembro de 2023, republicada no



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

DODF nº 62, de 02 de abril de 2024. Estabelece normas e diretrizes para a educação básica no sistema de ensino do Distrito Federal. Brasília, 2023.

- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Portaria nº 358, de 18 de abril de 2022. Regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, os procedimentos para apresentação de proposta de curso e proposta de adesão a Plano de Curso Técnico de Nível Médio na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Brasília, 2022.
- Portaria No 15, de 11 de fevereiro de 2015. Diário Oficial do Distrito Federal, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de maio de 2015, Seção 1.
- Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos. Brasília. SEEDF, 2014.
- Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala. SEEDF, 2014.
- Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 6a Ed – Brasília. SEEDF, 2015.
- Avaliação da aprendizagem. In: VEIGA, I.P.A (org.). Repensando a Didática. Campinas: Papirus, 3a Ed. 2007. P. 131 a 143. SEEDF.
- Portaria _ _ _ que cria a Unidade Escolar.
- Portaria _ _ _ que credencia a Unidade Escolar a ofertar EPT.

6. Apêndices

a) Matriz Curricular

O curso Técnico de Nível Médio em Técnico em Conservação e Restauro, do Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design, será ofertado na modalidade presencial de forma concomitante e/ou subsequente, com carga horária total de 1.200 (mil e



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

duzentas) horas, com a organização estruturada em 3 (três) semestres, conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2020). A carga horária de cada disciplina será integrada à prática profissional na empresa parceira.

Após a conclusão de cada semestre contará com saídas intermediárias com qualificação profissional referentes à objetos de Conservação e Restauro, em decorrência da carga horária demandada para cada qualificação.

Instituição Educacional: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Modalidade: Presencial

Curso: Técnico em Conservação e Restauro

Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design

Forma de Oferta: Concomitante e/ou Subsequente

Semestre	n°	Unidade Curricular	Pré-requisito	Carga Horária Semanal	Carga Horária total
----------	----	--------------------	---------------	-----------------------	---------------------



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

1º Semestre	1	Gestão de Empresas e Empreendedorismo	-	-	2h	40h
	2	Metodologia de Intervenção	Teórica	-	3h	60h
			Prática	-	2h	40h
	3	Patrimônio	-	-	4h	80h
	4	Registro, Diagnóstico e Documentação das Intervenções	Teórica	-	3h	60h
			Prática	-	2h	40h
	5	Segurança e Higiene no Trabalho	-	-	4h	80h
Carga Horária total do 1º semestre					20h	400h
Certificação de Qualificação Profissional Técnica: Auxiliar de Conservação de Acervos						
2º Semestre	6	Materiais Inorgânicos I	Teórica	-	3h	60h
			Prática	-	2h	40h
	7	Materiais Orgânicos I	Teórica	-	3h	60h
			Prática	-	2h	40h
	8	Práticas de Conservação	Teórica	2	2h	40h
			Prática	-	3h	60h
9	Práticas de Restauro I	Teórica	2	2h	40h	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

		Prática	-	3h	60h	
	Carga Horária total do 2º semestre			20h	400h	
Certificação de Qualificação Profissional Técnica: Pintor Restaurador.						
3º Semestre	10	Materiais Inorgânicos II	Teórica	6	4h	40h
			Prática			40h
	11	Materiais Orgânicos II	Teórica	7	4h	40h
			Prática			40h
	12	Patologias, propostas de tratamento e Documentação Técnica	Teórica	2 e 4	4h	40h
			Prática			40h
	13	Práticas de Restauro II	Teórica	2	4h	40h
			Prática			40h
	14	Técnicas de Intervenção	Teórica	2	4h	40h
			Prática			40h
	Carga Horária total do 3º semestre				20h	400h
	Carga Horária Total do Curso				60h	1200h
	Diplomação de Habilitação Profissional Técnica: Técnico em Conservação e Restauro					



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

OBSERVAÇÕES:

1. Horário de funcionamento da unidade escolar: 8h às 12h.
2. Turno e horário das aulas: Matutino 8h às 12h / Vespertino 14h às 18h / Noturno 19h às 23h.
3. Duração da hora-aula: 60 (sessenta) minutos.

b) Ementário

1º Semestre

Unidade Curricular: Gestão de Empresas e Empreendedorismo

Carga horária presencial: 40 horas

Conteúdo:

- Gestão de Empresas - As funções de gestão: Gestão estratégica; Gestão comercial ou Marketing; Gestão de recursos humanos e Gestão Financeira.
- Empreendedorismo e Criação de Empresas: Conceito e importância do empreendedorismo; Empreendedorismo no Brasil e empreendedorismo jovem; Processo empreendedor; Modelo e plano de negócios.
- Criação da empresa - forma jurídica, constituição, apoios e obrigações fiscais.
- Análise da viabilidade econômica e financeira de projetos de investimento.

Bibliografia Básica e complementar:

- SOUSA, A. **Introdução à Gestão:** Uma Abordagem Sistêmica. Ed. Verbo. Lisboa – S. Paulo. 1999.
- STONER, J. e FREEMAN, R. (1992). **Administração.** Prentice-Hall do Brasil. 5ª Ed.
- TEIXEIRA, S. **Gestão das Organizações.** Escolar Editora. 3ª Ed. 2013.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

Unidade Curricular: Metodologia de Intervenção

Carga horária presencial: 100 horas

Conteúdo:

- Conceito de sujidade.
- Tipos de sujidade.
- Métodos de limpeza.
- Planificação.
- Ambientes.
- Agentes naturais de deterioração e de preservação.
- Microambientes de acomodação, transporte e armazenamento.
- Agentes de deterioração e de preservação.
- O conceito de estabilização.
- Estabilidade física e estabilidade físico-química.
- Vias de atuação.
- Técnicas de estabilização.
- Montagem.
- Colagem.
- Preenchimento de lacunas.
- Produtos – características, vantagens e inconvenientes; Proteção e segurança de pessoas e bens.
- Os incidentes / acidentes – causas e efeitos, atitudes de prevenção e combate a incidentes / acidentes.
- Entidades competentes para atuar – públicas e privadas.

Bibliografia Básica e complementar:

- BURGI, S. (Org.). Banco de Dados - Materiais Empregados em Conservação - Restauro de Bens Culturais. Rio de Janeiro, UFRJ - Vitae, Escola de Belas Artes. ABRACOR, 1990.
- KANAN, M. I. Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base decal. Brasília: Ministério da Cultura, 2008. 171 p. (Cadernos técnicos; 8).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

- MENDES, M.; BAPTISTA, A. C. N. (org.) Restauração: ciência e arte. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / IPHAN, 2005.

Bibliografia Básica e complementar:

- BADIA, J. C. N. e RIBEIRO, D. S. Higiene e segurança do trabalho. PROMIMP. Pelotas: CEFET-RS, 2006, 82p.
- BADIA, J. C. N. e RIBEIRO, D. S. Prevenção e combate a incêndios. PROMIMP. Pelotas: CEFET-RS, 2006, 20p.
- BARBOSA-FILHO, A. N. Segurança do trabalho e gestão ambiental. Ed. Atlas, 2001.
- BEIIUSCI, S. M. Doenças profissionais ou do trabalho – Série Apontamentos. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 1996.

Unidade Curricular: Patrimônio

Carga horária presencial: 80 horas

Conteúdo:

- Conceito "afetivo" de patrimônio.
- Conceito técnico-jurídico de patrimônio.
- Evolução do conceito de patrimônio.
- Convenções Internacionais.
- Legislação nacional.
- Bens culturais.
- Conservação preventiva.
- Reservas.
- História da conservação e restauro – evolução de conceitos e da profissão.
- Documentos, instituições e organismos nacionais e estrangeiros ligados à conservação e restauro.
- Panorama nacional.
- Ética em conservação e restauro.
- Códigos de conduta profissional.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

Bibliografia Básica e complementar:

- BRASIL. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Ministério da Cultura; Programa Monumenta, 2005. 76p. (Cadernos Técnicos; 1). CHOAY, F.; MACHADO, L. V. (Tradutor). A alegoria do patrimônio. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 282 p.
- COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. (Coord.). **A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial**. São Paulo: FAPESP, 2011. 323 p.
- CURY, I. (Org.). Cartas patrimoniais. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. do Patrimônio, 2004. 407 p.
- KÜHL, B. M. Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos do restauro. São Paulo: Ateliê Editorial: FAPESP, 2009. 325 p.
- TELLES, A. C. S. **Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil**. [3. ed.]. Brasília: Iphan, Programa Monumenta, 2008. 350p.

Unidade Curricular: Registro, Diagnóstico e Documentação das Intervenções

Carga horária presencial: 100 horas

Conteúdo:

- Registro.
- Diagnóstico de patologias.
- Tipos de registro.
- Documentação técnica.

Bibliografia Básica e complementar:

- BURGI, S. (Org.). Banco de Dados - Materiais Empregados em Conservação - Restauro de Bens Culturais. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro - Vitae, Escola de Belas Artes, ABRACOR, 1990.
- MENDES, M.; BAPTISTA, A. C. N. (org.) Restauração: ciência e arte. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / IPHAN, 2005.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

- ROCHA-TRINDADE, M. B. (coord.) (1993). Iniciação à Museologia. Lisboa: Universidade Aberta.

Unidade Curricular: Segurança e higiene do trabalho

Carga horária presencial: 80 horas

Conteúdo:

- Prevenção de Acidentes.
- Higiene do Trabalho - Riscos Ambientais.
- Máquinas, Equipamentos e Materiais; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e individual (EPI).
- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).
- Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO).
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).
- Conceituação e Classificação das Atividades e Operações Insalubres / Perigosas.
- Sinalização de Segurança.
- Trabalho em Espaços Confinados.
- Legislação Aplicada à Segurança e Medicina do Trabalho.

Bibliografia Básica e complementar:

- BADIA, J. C. N. e RIBEIRO, D. S. Higiene e segurança do trabalho. PROMIMP. Pelotas: CEFET-RS, 2006, 82p.
- BRASIL. Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural. Brasília: Ministério da Cultura; Programa Monumenta, 2005. 76p. (Cadernos Técnicos; 1).
- BERTOLINI, L. Materiais de construção: patologia, reabilitação, prevenção. 1. reimpor. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 414 p.
- GONZAGA, A. L. B. Madeira: Uso e Conservação a: IPHAN / Programa Monumenta, 2006.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

2º Semestre	
Unidade Curricular: Materiais Inorgânicos I	
Carga horária presencial: 100 horas	
Conteúdo: <ul style="list-style-type: none">• Preservação/deterioração – agentes e processos de atuação;• Procedimentos preparatórios da conservação; Plano de intervenção; Aspectos da conservação curativa;• Aspectos do restauro;• Produtos, equipamentos, técnicas e processos.	
Bibliografia Básica e complementar: <ul style="list-style-type: none">• BERTOLINI, L. Materiais de construção: patologia, reabilitação, prevenção. 1. reimpor. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 414 p.• BRASIL. Caderno de Encargos. Brasília: Ministério da Cultura; Programa Monumenta, 2005. 420 p.(Cadernos Técnicos; 2).• BRASIL. Manual de Conservação Preventiva. Brasília: Ministério da Cultura; Programa Monumenta, 2005. 234p. (Cadernos Técnicos).• FALCÃO BAUER, L. A. Materiais de Construção. 5. ed. LTC, 1994. Volumes 1 e 2. PETRUCCI, E. GERALDO R. Materiais de construção. 5. ed. Porto Alegre, RS: Globo, 1980. 435p.	
Unidade Curricular: Materiais Orgânicos I	
Carga horária presencial: 100 horas	
Conteúdo: <ul style="list-style-type: none">• Preservação/deterioração – agentes e processos de atuação; Procedimentos preparatórios da conservação.• Plano de intervenção.• Aspectos da conservação curativa.• Aspectos do restauro.• Produtos, equipamentos, técnicas e processos.	
Bibliografia Básica e complementar: <ul style="list-style-type: none">• GONZAGA, A. L. B. Madeira: Uso e Conservação a: IPHAN / Programa Monumenta, 2006.• LA PASTINA FILHO, J. Manual de conservação de telhados, Grupo Tarefa/ Monumenta BID.LENGEN, J. V. Manual do arquiteto descalço. São Paulo: Empório do Livro, 2008. 707 p.	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

- NOLASCO, N. R. Caderno de Ofícios: Alvenaria – vol. 3. Ouro Preto: FAOP, 2008.
- OLIVEIRA, M. M. DE. Tecnologia da conservação e da restauração: materiais e estruturas: um roteiro de estudos. 4. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. 243 p. PAULA, G. D.
- ROZENWAJM, U. K. Carpintaria. Ouro Preto: FAOP, 2008. 71 p.(Cadernos Ofícios: 4).

Bibliografia Básica e complementar:

BERTOLINI, L. **Materiais de construção: patologia, reabilitação, prevenção.** 1. reimpr. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 414 p.

- GNECCO, C.; MARIANO, R. e FERNANDES, F. **Tratamento de superfície e pintura.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Siderurgia, 2003. 94 p. (Manual de construção em aço).
- OLIVEIRA, M. M. DE. A documentação como ferramenta de preservação da memória. Brasília: IPHAN;
- Programa Monumenta, 2008. 144p. (Cadernos Técnicos;7).
- SOUZA, V. C. M. DE e RIPPER, T. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto. São Paulo: Pini, 1998. 255 p.

Unidade Curricular: Práticas de Conservação

Carga horária presencial: 100 horas

Conteúdo:

- Práticas de limpeza segundo várias técnicas e métodos; Práticas de estabilização.
- Prática das técnicas de preenchimento de lacunas.
- Prática das técnicas de reintegração cromática.
- Prática das técnicas de proteção e segurança.
- Manuseamento das peças.

Bibliografia Básica e complementar:

- BRANDI, C. Teoria da restauração. Cotia: Ateliê, 2008. 261 p. (Artes & Ofícios; 5) MARTINS, G. A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 118 p.
- MONTENEGRO, G. A. Desenho arquitetônico: para cursos técnicos de 2º grau e faculdades de arquitetura. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1978. 142 p.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

- OLIVEIRA, M. M. A documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia. Brasília: IPHAN, 2008. 143 p. (Cadernos técnicos; 7).

Unidade Curricular: Práticas de Restauro I

Carga horária presencial: 100 horas

Conteúdo:

- Natureza dos materiais de suporte.
- Especificidade e função dos materiais.
- Aspectos de degradação; Meios e técnicas auxiliares de diagnóstico.
- Tipos de Intervenção.
- Organização e metodologia de trabalho.
- Princípios básicos de conservação e restauro de materiais lapídeos; diagnóstico de patologias; Propostas de tratamento; Organização e metodologia de trabalho; Métodos de reprodução e estuque.

Bibliografia Básica e complementar:

- BLACHEYRE, A. (Trad.). Construção civil: teoria & prática: matemática - desenho, métodos, materiais e especificações. São Paulo: Hemus, c2005. v. 2, 354 p.
- BOITO, C.; KÜHL, P. M. e KÜHL, B. M. (TRADUTOR). Os restauradores: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. 3. ed. Cotia: Ateliê, 2008. 63 p. (Artes & Ofícios; 3)
- BRANDI, C. Teoria da restauração. Cotia: Ateliê, 2008. 261 p. (Artes & Ofícios; 5)
- MARTINS, G. A. e LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 118 p.
- BURGI, S. (Org.). Banco de Dados - Materiais Empregados em Conservação - Restauro de Bens Culturais. Rio de Janeiro, UFRJ - Vitae, Escola de Belas Artes, ABRACOR, 1990.
- MARTINS, G. A. e LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 118 p.
- MONTENEGRO, G. A. Desenho arquitetônico: para cursos técnicos de 2º grau e faculdades de arquitetura. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1978. 142 p.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

- OLIVEIRA, M. M. A documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia. Brasília: IPHAN, 2008. 143 p. (Cadernos técnicos; 7).

3º Semestre

Unidade Curricular: Materiais Inorgânicos II

Carga horária presencial: 100 horas

Conteúdo:

- Preservação / deterioração – agentes e processos de atuação.
- Procedimentos preparatórios da conservação.
- Plano de intervenção.
- Aspectos da conservação.
- Aspectos do restauro.
- Produtos, equipamentos, técnicas e processos.

Bibliografia Básica e complementar:

- BRANDI, C. Teoria da restauração. Cotia: Ateliê, 2008. 261 p. (Artes & Ofícios; 5). CALDAS, W. Pinturas murais: restauração e conservação. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2008. 96 p. (Artes & Ofícios) CARVALHO, C. T. DE (ORG.). Fundação artística. Ouro Preto: FAOP, 2010. 101 p. (Cadernos Ofícios; 8).
- MANO, E. B. e MENDES, L. C. Polímeros Como Materiais de Engenharia. 1º Edição. São Paulo: Editora Blucher, 1991.
- MASCARENHAS, A.; DIAS, P. DE M. G. Obras de conservação. Ouro Preto: FAOP, 2008. 79 p. (Cadernos Ofícios; 7).

Unidade Curricular: Materiais Orgânicos II

Carga horária presencial: 100 horas

Conteúdo:

- Preservação/deterioração - agentes e processos de atuação.
- Procedimentos preparatórios da conservação.
- Plano de intervenção.
- Aspectos da conservação curativa.
- Aspectos do restauro.

Bibliografia Básica e complementar:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

- BURGI, S. (Org.). Banco de Dados - Materiais Empregados em Conservação - Restauro de Bens Culturais. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro - Vitae, Escola de Belas Artes, ABRACOR, 1990.
- CAVALCANTI, L. (Org.). Modernistas na repartição. IPHAN. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 210 p.
- MENDES, M.; BAPTISTA, A. C. N. (org.) Restauração: ciência e arte. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / IPHAN, 2005.
- SORGINE, J. Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008. 342 p.

Unidade Curricular: Patologias, Proposta de Tratamento e Documentação Técnica

Carga horária presencial: 80 horas

Conteúdo:

- Constituintes de uma pintura ou revestimento policromado.
- Estratigrafia típica.
- Repinturas ou re-policromias.
- Materiais e técnicas pictóricas.
- Pigmentos, corantes e aglutinantes.
- Importância dos aglutinantes na definição das técnicas.
- Pintura de cavalete e diversidade de suportes e técnicas.
- Pintura afresco.
- Observação e análise de uma pintura.
- Fatores de degradação primários.
- Fatores de degradação secundários.
- Fatores de degradações acidentais.
- Alteração dos suportes têxteis, lenhosos, metálicos ou parietais, suas causas e consequências – patologias.
- Alteração das camadas superficiais (preparatória, pictórica e de proteção); suas causas e consequências – patologias.
- Metodologia de intervenção; Propostas de tratamento.
- Unicidade de cada obra de arte.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

- Tipos de relatório e de documentação técnica.
- Fotografia.
- Meio de exame.
- Registro documental.
- Medidas de conservação preventiva em pintura.

Bibliografia Básica e complementar:

- BERTOLINI, L. **Materiais de construção: patologia, reabilitação, prevenção**. 1. reimpr. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 414 p.
- GNECCO, C.; MARIANO, R. e FERNANDES, F. **Tratamento de superfície e pintura**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Siderurgia, 2003. 94 p. (Manual de construção em aço).
- OLIVEIRA, M. M. DE. A documentação como ferramenta de preservação da memória. Brasília: IPHAN;
- Programa Monumenta, 2008. 144p. (Cadernos Técnicos;7).
- SOUZA, V. C. M. DE e RIPPER, T. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto. São Paulo: Pini, 1998. 255 p.

Unidade Curricular: Práticas de Restauro II

Carga horária presencial: 80 horas

Conteúdo:

- Métodos de produção de pinturas em murais; Estrutura e tipo de ligações cristalinas dos metais.
- Métodos de diagnóstico e intervenção na produção de objetos antigos.
- Técnicas de produção de objeto sem madeira.
- Produção de objetos pela técnica do entalhe.
- Produção de objetos pela técnica de embutidos.
- Produção de objetos dourados em madeira.

Bibliografia Básica e complementar:

- BOITO, C.; KÜHL, P. M. e KÜHL, B. M. (TRADUTOR). Os restauradores: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. 3. ed. Cotia: Ateliê, 2008. 63 p. (Artes & Ofícios; 3)
- BRASIL. Salvaguardas do patrimônio: Ouro Preto - MG. (Preservação e Desenvolvimento; 12) Brasília- DF. IPHAN, 2008. 96 p.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

- CHOAY, F.; MACHADO, L. V. (Tradutor). A alegoria do patrimônio. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 282 p.
- OBERG, L. Desenho arquitetônico. 22. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981. 156 p.

Unidade Curricular: Técnicas de Intervenção

Carga horária presencial: 80 horas

Conteúdo:

- Desmolduramento e desengradamento.
- Limpeza do reverso.
- Eliminação de restauros anteriores.
- Desacidificação.
- Desinfestação.
- Tratamento de rasgões e lacunas ao nível do suporte.
- Eliminação de deformações ou melhoramento de superfície.
- Aplicação de bandas de tensão.
- Reentelagem – História, razões que levam à reentelagem, aspectos negativos, testes prévios à escolha da tela ou outro tipo de suporte alternativo, métodos tradicionais de reentelagem, novas reentelagens, mesas de reentelagem.
- Transposição ou transferência da pintura.
- Proteção do reverso.
- Demonstrações e exercícios práticos.
- Produtos, materiais e equipamentos.
- Preparação e características.
- Facing ou empapelado de proteção.
- Fixação.
- Consolidação.
- Limpeza da camada pictórica e de proteção.
- Mecânica ou química.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

- Solventes orgânicos; Métodos aquosos.
- Sistemas gelificados de Richard Wolbers.
- Enzimas; Sabões, detergentes.
- Tensioativos.
- Agentes quelantes.
- Limpeza por reação química.
- Toxicidade e inflamabilidade – medidas de segurança específicas; Irreversibilidade da limpeza.
- Cleaning controversy e as “escolas” de limpeza.
- Níveis de limpeza.
- Preenchimentos e aplicação de massas ou estuques.
- Nivelamentos ao nível da camada preparatória.
- Tipos de reintegração pictórica ou cromática: Diferenciada; Ilusionista; Mimética.
- Tipo de reintegração – variáveis e critérios de seleção.
- Limites.
- Repinte.
- Repintura.
- Retoque.
- Camada de proteção final.
- Tipo de vernizes – características e técnica de envernizamento; Produtos, materiais e equipamentos.
- Demonstrações e exercícios práticos.
- Estado de conservação de grades e molduras.
- Grade para pintura sobre suportes têxteis ou flexíveis – características.
- Grade de sustentação inadequada – patologias;
- Tratamento sobre o suporte e policromia.
- Desinfestação.
- Moldes para reconstituições volumétricas de elementos perdidos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Educação Básica

- Técnicas de douramento.
- Técnicas de engradamento de telas.
- Produtos, materiais e equipamentos.
- Demonstrações e exercícios práticos.

Bibliografia Básica e complementar:

- BURGI, S. (Org.). **Banco de Dados - Materiais Empregados em Conservação - Restauo de Bens Culturais**. Rio de Janeiro, UFRJ - Vitae, Escola de Belas Artes, ABRACOR, 1990. CALVO, A. (2002). **ABRACOR** – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MENDES, M.; BAPTISTA, A. C. N. (org.) **Restauração: ciência e arte**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / IPHAN, 2005.